

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA
PRAÇA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
Associação dos Artistas Amigos da Praça
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação dos Artistas Amigos da Praça, (“ Associação” ou “ ADAAP”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação dos Artistas Amigos da Praça, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para pequenas e médias empresas” e em conformidade com a NBC ITG 2002/12 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 - Associações sem Finalidade de Lucro.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a principal fonte de receita da Associação é provida pela Secretaria de Estado da Cultura, firmado por meio de um Contrato de Gestão, que custeia as principais atividades desenvolvidas pela Associação. O referido Contrato de Gestão também tem metas e indicadores de desempenho que devem ser performados.

Não obstante, o Contrato de Gestão nº04/2018 - 1º Termo Aditivo” tem o prazo de vigência até 30 de dezembro de 2023. A Associação pode ser contratada novamente, se for atestado o bom desempenho na execução do contrato atual e desde que a proposta da Associação seja selecionada na convocação pública, conforme legislação vigente. Chamamos a atenção para os riscos relacionados à continuidade operacional da Associação, caso esta não seja selecionada na convocação pública, para administrar o novo Contrato de Gestão, uma vez que existe uma dependência regular do recebimento dos recursos deste contrato para a manutenção das atividades operacionais da Associação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram examinadas por nós, no qual emitimos relatório em 11 de fevereiro de 2020, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2021.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 254881/O-8

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

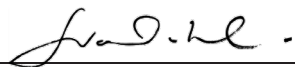
Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

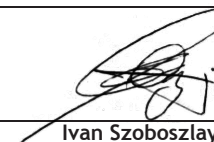
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2020	2019		Nota explicativa	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	4	1.639	645	Fornecedores	-	365	238
Contas a receber	5	45	415	Projetos a executar	7	170	229
Estoques	-	26	26	Salários, férias e encargos sociais	8	994	863
Impostos a recuperar	-	10	76	Impostos a recolher	-	16	3
Outras contas a receber	-	256	199	Outras contas a pagar	-	142	64
		1.976	1.361			1.687	1.397
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	-	1	1	Provisão para demandas judiciais	9	46	46
Imobilizado	6	369	453	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	323	449
Intangível	-	26	22			369	495
		396	476	Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		(55)	75
				Superavit/(Déficit) acumulado		371	(130)
						316	(55)
Total do ativo		2.372	1.837	Total do passivo e patrimônio líquido		2.372	1.837

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ivam Cabral
Diretor Executivo
CPF 460.148.379-49



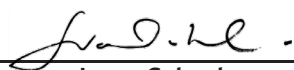
Ivan Szoboszlay
CRC 1SP 204074/O-1
CPF 103.716.778-31

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA


Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receitas operacionais			
Receita contrato de gestão	-	9.753	10.467
Captação - outros projetos	-	2.000	1.008
Rendimentos financeiros	-	22	58
Outras receitas	-	146	184
Trabalho voluntário	10	155	206
Aluguel gratuidade	3.8	1.683	1.457
Total das receitas com restrições	12	13.759	13.380
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal	13	(7.360)	(7.789)
Despesas com prestadores de serviços	14	(2.407)	(2.086)
Despesas gerais e administrativas	15	(1.497)	(1.668)
Despesas com depreciação e amortização	-	(154)	(191)
Outras despesas	-	(107)	(79)
Despesas financeiras	-	(25)	(34)
Trabalho voluntário	10	(155)	(206)
Aluguel gratuidade	3.8	(1.683)	(1.457)
Total das despesas com restrições		(13.388)	(13.510)
(=) Superávit/(Déficit) do exercício		371	(130)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ivam Cabral
Diretor Executivo
CPF 460.148.379-49



Ivan Szoboszlay
CRC 1SP 204074/O-1
CPF 103.716.778-31

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

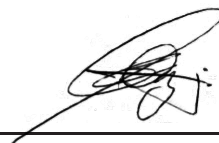
Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
(=) Superávit/(Déficit) do exercício	371	(130)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	371	(130)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ivam Cabral
Diretor Executivo
CPF 460.148.379-49



Ivan Szoboszlay
CRC 1SP 204074/O-1
CPF 103.716.778-31

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

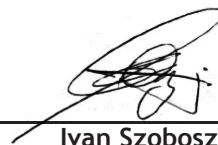
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	384	(309)	75
Incorporação do déficit	(309)	309	-
Déficit do exercício	-	(130)	(130)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	75	(130)	(55)
Incorporação do déficit	(130)	130	-
Superávit do exercício	-	371	371
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(55)	371	316

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ivam Cabral
Diretor Executivo
CPF 460.148.379-49



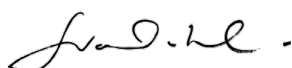
Ivan Szoboszlay
CRC 1SP 204074/O-1
CPF 103.716.778-31

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

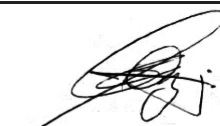
Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
(=) Superávit/(Déficit) do exercício	371	(130)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Despesas com depreciação e amortização	154	191
Provisão para demandas judiciais	-	15
(=) Superávit ajustado	525	76
(Aumento) líquido/redução nos ativos		
Contas a receber	370	(386)
Estoques	-	14
Impostos a recuperar	66	(36)
Outras contas a receber	(57)	6
Depósitos judiciais	-	9
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	127	(333)
Projetos a executar	(59)	229
Salários, férias e encargos sociais	131	135
Impostos a recolher	13	(5)
Outras contas a pagar	78	6
Obrigações com o Estado - Imobilizado	(126)	(180)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	1.068	(465)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(74)	(10)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(74)	(10)
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	994	(475)
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição) no início do período	645	1.120
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição) no final do período	1.639	645
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	994	(475)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ivam Cabral
Diretor Executivo
CPF 460.148.379-49



Ivan Szoboszlay
CRC 1SP 204074/O-1
CPF 103.716.778-31

1. Contexto operacional

A Associação dos Artistas Amigos da Praça ("Associação" ou "ADAAP"), foi constituída em 10 de junho de 2010, sendo uma Associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos:

- Desenvolver e administrar projetos sócio educacionais, culturais e institucionais;
- Valorizar a arte e a educação como agentes da transformação social, discutindo questões como: ética, cidadania, inclusão, diversidade e autonomia;
- Promover intercâmbios e estágios com Associações públicas e privadas, nacionais e internacionais, com ou sem fins lucrativos, entre os diversos segmentos artísticos como: artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outros;
- Compartilhar com a população os resultados obtidos em suas diversas iniciativas oferecendo atividades culturais de qualidade;
- Oferecer à população atividades de formação e difusão cultural em diversas áreas das artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outras;
- Fomentar as atividades artísticas, culturais e educacionais;
- Irradiar e fomentar ideias e ações para outras localidades a partir do histórico de intervenções artísticas já realizadas na Praça Roosevelt e seu entorno;
- Produzir e lançar bens culturais, tais como: espetáculos teatrais, exposições, publicações, registros audiovisuais e outras atividades e eventos que atendam os objetivos da Associação;
- Criar uma rede de relações na qual os alunos de seus diversos departamentos trocarão saberes e competências;
- Oferecer à população o acesso gratuito à biblioteca, arquivos e espaço de exposições; prestar serviço de consultoria, curadoria e assessoria para cursos e atividades afins;
- Gerenciar e explorar os imóveis e equipamentos cujo uso lhes for permitido, utilizando-os exclusivamente para o fim especificado, vedado o seu uso de forma diversa e ou para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-los ou transferi-los, no todo ou em parte a terceiros, exceto quando expressamente autorizado pela autoridade competente, nos termos da legislação em vigor.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Decreto nº 43.493, de 04 de junho de 1998, pelo qual, através do processo SC nº 155977/2013, da Secretaria da Cultura, com fundamento na Lei Complementar nº 846/98, o Governador do Estado qualificou Associação dos Artistas Amigos da Praça (ADAAP) como organização social da área da cultura, de modo a habilitar-se à celebração do contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes.

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Em 01 de julho de 2011, a Associação formalizou junto à Secretaria de Estado e Cultura do Governo do Estado de São Paulo, o primeiro aditivo ao Contrato de Gestão referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços com o objetivo de fomentar e operacionalizar a gestão e execução de atividades e serviços na área de formação e das artes cênicas.

1.1. Efeitos do covid-19

A administração da Entidade tem acompanhado de perto os impactos do coronavírus (Covid-19) na economia global e, principalmente, no Brasil. Dessa forma, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Entidade está exposta, a Administração avaliou possíveis eventos econômicos que poderiam impactá-la, tais como os relacionados às estimativas contábeis e mensuração de seus ativos e passivos. Embora até o momento não seja possível mensurar todos os possíveis impactos da Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração de seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em conexão com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, a Entidade continua a cumprir todas as diretrizes para prevenir a Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e manter as medidas para mitigar o risco de transmissão da Covid-19 nos locais de trabalho.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG "2002R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002R1 - Entidade sem finalidade lucros".

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 15 de fevereiro de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes, a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Recurso vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.1.2. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019, incluindo operações de hedge.

3.2. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante;
- Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

3.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Descrição	Anos
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Software	5
Equipamentos de informática e comunicação	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.4. Ativos intangíveis

Reconhecimento, mensuração e amortização

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.5. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.6. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

3.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

Receitas com trabalhos voluntários e gratuidades

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação, a partir do exercício de 2015, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários e gratuidades.

Os trabalhos voluntários são compostos pelos membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

Os valores de gratuidades, referem-se ao valor de aluguel não pago pela Associação, uma vez que são áreas cedidas pelo Governo do Estado de São Paulo. Foram considerados como as principais estimativas para avaliação do preço do aluguel não pago: (i) o metro quadrado utilizado pela Associação; (ii) o preço do metro quadro de aluguel da região para escritórios comerciais.

3.9. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

A Entidade não identificou novos pronunciamentos contábeis, com vigor em/ou a partir de 1º de janeiro de 2021. Por isso, concluiu que não há efeitos para serem divulgados antecipadamente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)

	2020	2019
Caixa	2	2
Banco conta movimento	1	1
Aplicações financeiras	1.636	642
	<u>1.639</u>	<u>645</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados, em 2020, às taxas que variam entre 94% e 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (que eram entre 90% e 95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2019).

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

5. Contas a receber

	2020	2019
Contas a receber terceiros	45	58
Contrato de gestão (a)	-	357
	<u>45</u>	<u>415</u>

(a) O aumento do saldo que ocorreu no exercício de 2019, refere-se a contas a receber no mês subsequente junto a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo no valor de R\$ 357.

6. Imobilizado

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
				2019	2018
Móveis e utensílios	10	779	(663)	116	175
Máquinas e equipamentos	10	958	(784)	174	244
Equipamentos de informática e comunicação	20	673	(594)	79	34
		<u>2.410</u>	<u>(2.041)</u>	<u>369</u>	<u>453</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020
Custo			
Móveis e utensílios	779	-	779
Máquinas e equipamentos	954	4	958
Equipamentos de informática e comunicação	615	58	673
	<u>2.348</u>	<u>62</u>	<u>2.410</u>
Depreciação			
Móveis e utensílios	(604)	(59)	(663)
Máquinas e equipamentos	(710)	(74)	(784)
Equipamentos de informática e comunicação	(581)	(13)	(594)
	<u>(1.895)</u>	<u>(146)</u>	<u>(2.041)</u>
	<u>453</u>	<u>(84)</u>	<u>369</u>

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

O ativo imobilizado da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. Atualmente, a maior parte do ativo imobilizado e ativo intangível estão vinculados ao contrato de gestão. Dessa forma, existe uma obrigação registrada no passivo não circulante no montante de R\$ 323.

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

7. Projetos a executar

A seguir, apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

	Saldo em 31/12/2019	Valores recebidos/ repasses	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Ativo imobilizado e intangível	Saldo em 31/12/2020
Contratos	229	10.073	194	51	(10.356)	(21)	170
	229	10.073	194	51	(10.356)	(21)	170
	Saldo em 31/12/2018	Valores recebidos/ repasses	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Ativo imobilizado e intangível	Saldo em 31/12/2019
Contratos	-	10.356	18	51	(10.192)	(4)	229
	-	10.356	18	51	(10.192)	(4)	229

- Valores recebidos/captados - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados;
- Rendimentos financeiros - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar (vide Nota Explicativa nº 3.b - práticas contábeis);
- Consumo - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social, agregando também a movimentação dos valores de Fundo e Contingência R\$ 116 e Fundo de Reserva R\$ 167.

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Por força do Contrato de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2020, foram preparados e encaminhados para a Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 18 de maio de 2020 (março), 09 de julho de 2020 (junho) e 15 de outubro de 2020 (setembro), respectivamente. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviada em fevereiro de 2021.

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Contrato de gestão

O Contrato de Gestão nº 04/2018 tem por objeto o fomento, operacionalização e gestão de atividades e serviços relacionados ao teatro, com processo de formação em artes cênicas, com ênfase em teatro, buscando crescimento artístico, técnico e pessoal, além de cursos de extensão cultural, com as vertentes de iniciação, reflexão e produção, com acesso às etapas de base, aprofundamento e viabilização do fazer artístico com ênfase nas artes cênicas.

O atual Contrato de Gestão foi assinado em 28 de dezembro de 2018, com vigência de 01 de janeiro de 2019 até 30 de dezembro de 2023. O valor total do contrato é de R\$ 53.561.

Por meio do 1º Termo Aditivo do contrato de gestão assinado em 28 de novembro de 2019, o seu valor global foi ajustado para R\$ 53.562; em 27 de maio de 2020 o 2º Termo Aditivo foi assinado com valor global ajustado para R\$ 52.923, com expectativa de repasses anuais de:

Anos	(R\$)
Em 2019	10.714
Em 2020	10.073
Em 2021	10.712
Em 2022	10.712
Em 2023	10.712
	<u>52.923</u>

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

8. Salários, férias e encargos sociais

	2020	2019
Provisão de férias	559	439
INSS a recolher	291	245
IRRF a recolher	52	100
FGTS a recolher	87	75
PIS a recolher	5	4
	<u>994</u>	<u>863</u>

9. Provisão para demandas judiciais

A Associação recebeu um auto de infração da Prefeitura do Município de São Paulo, está recorrendo, através de uma ação anulatória, na 3º Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 46, classificado como perda provável.

A Associação apresenta processo provável, descrito no quadro a seguir, que possa impactar suas demonstrações contábeis e que venha requerer constituição de provisão para perda com processos judiciais de natureza tributária:

	2019	Adições	Reversões	2020
Riscos fiscais	46	-	-	46

No demais, a Associação é parte em ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, que totalizam R\$ 109.696 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019).

Revisão da apuração de tributos

A Associação dos Artistas Amigos da Praça conhece o que dispõe o artigo 3º da Lei nº 16.127/2015, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017, entendendo que as atividades materializadas em razão do Contrato de Gestão celebrado com o Governo do Estado de São Paulo não representam uma prestação de serviços, propriamente dita, mas uma extensão das ações do próprio Estado, de forma que não é devido o recolhimento de ISS (Imposto Sobre prestação de Serviços). Além disso, entende que a Associação dos Artistas Amigos da Praça é responsável pela gestão e operacionalização de equipamento cultural voltado à educação, devendo ser observada, nessa hipótese, a redação do artigo 150, inciso IV, alínea 'c' da Constituição Federal.

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Os assessores jurídicos classificam as chances de questionamento e necessidade de recolhimento do imposto de "ISS" como possível. Em razão disso, não se trata de hipóteses de provisão contábil.

10. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Em 31 de dezembro de 2020, houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da Entidade no montante de R\$ 155.

11. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits e superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado, na mesma área de atuação, escolhida pelo Conselho de Administração e o patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

12. Total das receitas com restrições

	2020	2019
Contrato de gestão	9.753	10.467
Receita com prest de serv - Cena Onze	1.500	850
Outras receitas de captação	500	158
Rendimento de aplicações financeiras	22	58
Outras receitas	146	184
Trabalho voluntário	155	206
Aluguel gratuidade	1.683	1.457
	<u>13.759</u>	<u>13.380</u>

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

13. Despesas com pessoal

	2020	2019
Salários	(3.637)	(3.955)
Encargos sociais	(1.598)	(1.745)
Benefícios	(1.208)	(1.242)
Férias	(545)	(498)
13º salário	(372)	(349)
	<u>(7.360)</u>	<u>(7.789)</u>

14. Despesas com prestadores de serviços

	2020	2019
Artistas convidados	(1.298)	(919)
Vigilância e segurança	(375)	(374)
Limpeza e higiene	(250)	(348)
Assessoria e consultoria contábil e jurídica	(145)	(155)
Informática	(88)	(74)
Outros	(251)	(216)
	<u>(2.407)</u>	<u>(2.086)</u>

15. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Bolsas-auxílio	(298)	(406)
Aluguéis	(12)	(23)
Manutenção	(211)	(238)
Água, luz, internet e telefone	(166)	(220)
Patrocínio	(423)	(46)
Doações de ingressos SP Escola	(9)	(73)
Intercâmbios e viagens	(39)	(202)
Materiais e verba apoio para aula e cursos	(19)	(51)
Despesas com transportes	(25)	(83)
Filmagens e produções	(34)	(59)
Material com itens de consumo	(40)	(50)
Despesas com eventos	(34)	(51)
Outros	(187)	(166)
	<u>(1.497)</u>	<u>(1.668)</u>

16. Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “ não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis.

São três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

17. Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2020 e 2019.

18. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta, a seguir, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto Sobre prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Programa de Integração Social (PIS), sobre as receitas próprias;

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias.

19. Seguros (não auditado)

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Ivam Cabral
Diretor Executivo
CPF 460.148.379-49



Ivan Szoboszlay
CRC 1SP 204074/O-1
CPF 103.716.778-31